

A cor da modernidade - a branquitude e a formação da identidade paulista



Por **LINCOLN SECCO***

Comentário sobre o livro recém-editado da historiadora Barbara Weinstein

Segundo *A cor da modernidade*, obra publicada pela Edusp, o racismo, ou mais especificamente a “branquitude”, seria o elemento central da identidade regional paulista. A autora, professora de História da América Latina e do Caribe na Universidade de Nova York, propôs essa interpretação em torno de dois momentos icônicos da história de São Paulo: o levante constitucionalista de 1932 e o IV centenário da cidade de São Paulo em 1954.

A identidade regional para ela não é um dado anterior resultante de fronteiras geográficas e sim de disputas políticas. Suas considerações metodológicas estão espalhadas numa narrativa envolvente (aliás muito bem traduzida ao português por Ana Fiorini) e com vivas descrições e análises.

Para ela não existe uma “narrativa histórica que precede a interpretação” (p. 140) e a guerra civil de 1932 seria um processo que, em si mesmo, moldou a identidade regional paulista. Não foi, portanto, o resultado de intenções e interesses pré-existent. Assim, ela não se pergunta “o que aconteceu?”, mas “por que aconteceu?”; ou seja: “que imagens e discursos políticos e culturais levaram uma porção considerável da população paulista a aderir a um movimento” armado (pp. 145-7)? Por mais que muitos jovens voluntários fossem bisonhos e até pudessem ter medo, realmente arriscaram suas vidas envolvidos por um clima de exaltação e mobilização realmente popular.

Sua insistência é no processo e ela parte do pressuposto bastante documentado, de que houve um forte apoio de parte significativa da população paulista ao levante de 1932, particularmente da classe média. Dessa forma, exhibe os problemas teóricos de uma história vista de baixo quando se trata não de classes subalternas e sim de um movimento com grande apoio nas camadas intermediárias da sociedade.

Ela registra a repressão aos opositores e dissidentes e o discurso anticomunista, mas não exagera a “ameaça vermelha” de um partido comunista que era muito pequeno na época.

O conflito mobilizou setores tão diferentes quanto a maçonaria e os clubes esportivos, rotarianos e teósofos, a legião negra e as “colônias” estrangeiras, dentistas e estudantes de direito, filatelistas e enfermeiras, industriais e fazendeiros. O proletariado foi reticente, como afirmou Paulo Duarte, mesmo assim houve engajamento de vários trabalhadores.

A discussão de Barbara Weinstein sobre a Mulher Paulista, grafada com iniciais maiúsculas para “realçar uma identidade arquetípica” (p. 297) revela não só o sucesso de “uma imagem coletiva e idealizada da feminilidade paulista” (p. 307), mas também as oportunidades ofertadas numa situação excepcional de mobilização para a guerra e que foram aproveitadas pelas mulheres. Assim, elas não só se comportaram segundo o roteiro esperado pelos homens, mas ocuparam espaços antes interditados a elas. A autora apresenta os casos mais conhecidos da voluntária negra “Maria Soldado” e do “Soldado Mário” (a mulher que se disfarçou de homem para combater).

Há também uma ampla discussão sobre a construção do Nordeste como uma região atrasada povoada por “raças inferiores”, mas também o contraponto: a leitura do conflito de 1932 apresentada na imprensa de fora do estado de São Paulo. Todavia, isso não expressa a visão das camadas populares e elude o fato de que não existe um nordeste unívoco para ser contraposto em bloco à imagem preconceituosa propagada pela elite paulista. Ciente disso, a autora cita estudos sobre a “invenção do Nordeste”, além disso o seu objeto são as representações do lado paulista.

Ela também debate o discurso da superioridade paulista que se propõe como a direção moderna do Brasil; passa pela invenção do mito bandeirante e outras “representações” que forjaram a memória predominante no estado de São Paulo.

Na análise do IV centenário da cidade sua contribuição é notável. Valendo-se de muitos acervos documentais a autora reconstituiu toda a preparação da celebração de 1954, tratou das alterações no discurso sobre o passado (especialmente o racial e o “democrático”), relacionando-as com o novo momento da política nacional e com o mito da democracia racial, agora predominante. Assim, a incorporação do negro e do indígena na narrativa oficial do IV centenário existiu, mas como “alegoria de intimidade racial e miscigenação”, algo extinto e apagado pelo branqueamento posterior. No livro há a análise da escultura da “mãe preta”, situada no Largo do Paissandu, próxima à Igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos. Segundo a autora, na narrativa paulista dominante, negros e indígenas teriam ajudado os brancos no passado para depois vegetarem à margem da história.

O discurso propagado pelas elites paulistas seria tão poderoso que marcaria mesmo intelectuais arrependidos de sua participação em 1932, como Mario de Andrade, ou acadêmicos críticos como Florestan Fernandes, também envolvido “pela noção de excepcionalismo paulista”. Até Caio Prado Júnior aparece de forma ambígua (p. 497) no texto de Barbara Weinstein.

Ela questiona também Antonio Candido e outros intelectuais críticos do movimento por não se separarem inteiramente da representação do excepcionalismo paulista.

No caso de Antonio Candido ela alude ao depoimento presente no documentário “1932: a guerra civil” de Eduardo Escorel, de 1992. Candido elogiou a defesa da democracia no levante constitucionalista de 1932, ainda que ele evidentemente tivesse consciência do conservantismo do movimento (p. 202). Barbara Weinstein compreende que aquela afirmação se deu poucos anos depois do ciclo ditatorial militar e que era esperada uma valorização do elemento democrático, mas questiona a “visão pouco abrangente do processo democrático” referido por Antonio Candido.

Todavia, a autora esquece de problematizar o fato de que qualquer democracia está muito distante do seu tipo ideal. Basta pensar no processo eleitoral indireto dos Estados Unidos que ela normaliza ao escrever: “como no Brasil as eleições são diretas e não por colégio eleitoral...” (p.575). O comparativo subliminar aqui são os Estados Unidos, onde um colégio eleitoral escolhe o presidente da república. Quando trata do Brasil, ela dá importância ao fato do país ter passado quase 30 anos sem eleições diretas (p. 201). Seriam, então, os Estados Unidos uma democracia? Além disso, a autora não critica o documentário como uma fonte histórica que passa por um processo de seleção e montagem.

Uma atitude que Barbara Weinstein frequentemente adota na sua narrativa é o julgamento de outros autores. Ela adjetiva muito do que ela cita. Tal análise é (para ela) “hipermaterialista”, certo autor é “perspicaz”; outro exibe uma “excelente discussão” ou “uma brilhante discussão”; tal “narrativa... é a melhor...”; há o estudo “mais influente” sobre tal assunto; para ela um autor estrangeiro fez “de longe a melhor discussão” sobre a campanha civilista. Até as fontes são hierarquizadas: há os “dois melhores relatos” dos eventos de 9 de julho de 1932... Embora ela possa eventualmente estar certa nas suas apreciações, elas pressupõem um conhecimento total das fontes e da bibliografia que ninguém possui, além de ser algo irrelevante para a leitura de sua obra. Basta pensar no fato de que a Casa de Rui Barbosa publicou há décadas uma bibliografia da campanha civilista...

Ainda que seu livro apresente muitos exemplos de como a imagem do homem branco seria central na identidade paulista, a autora se refere à “tendência brasileira (sic) a associar modernidade e progresso com branquitude e europeísmo” (p. 492) e afirma que o racismo não era exclusividade da elite paulista (pp. 27 e 40), mas também diz que ela estava mais aparelhada para reivindicar a branquitude devido suas “estratégias de representação”.

Embora isso não seja surpreendente, a elite quatrocentona não era tão branca quanto os imigrantes europeus cujo transporte ela subsidiou para embranquecer a população. A ambivalência fenotípica que Barbara Weinstein observou na elite *cruceña* que se envergonha dos indígenas da Bolívia poderia ser vista em São Paulo, o que mostra como o racismo é onipresente no país. Paulo Nogueira Filho foi chamado de “negrinho de Campinas” e Aureliano Leite foi “acusado” de ser um “homem de cor”. Dois “próceres” de 1932...

Na verdade, todas as classes dominantes de qualquer estado, mesmo os de maior participação de negros e pardos na população, assentaram seu domínio no racismo que perpassa todas as relações sociais, embora não apenas nisso. De outra forma não haveria em toda nossa história republicana praticamente só brancos nos cargos de governador, juiz ou general.

Para não falar da presidência da República. Ademais, existe alguma identidade nacional ou regional que não seja por definição excludente de outras? Decerto uma região ou nação oprimida pode exibir um nacionalismo emancipatório, como diria Lenin, mas não permanentemente.

Forjar uma identidade nacional que confere um papel simbólico ativo ao negro ou ao indígena é importante, mas não muda sua situação objetiva. Esse é o limite da abordagem pós-moderna: a realidade não deixa de existir porque conferimos centralidade às “representações”.

Então, o que conferiu à elite paulista sua singularidade? Foi o seu poder econômico que lhe permitiu resistir por mais tempo que outras elites nas trincheiras do seu excepcionalismo.

Mesmo os “paulistas” tiveram que disfarçar seu orgulho regional. Mas a autora não localiza as mudanças de discurso na produção da vida material e social. Ela se declara “simpática aos acadêmicos pós-modernos que enfatizam a ruptura em detrimento da continuidade, e a instabilidade (senão indeterminação) de sentido em detrimento da persistência”; ainda assim ela encontra uma “conexão causal” entre passado e presente, entre 1932 e o golpe de 1964, por exemplo: o chauvinismo paulista se cristalizou em 1932 e sua continuidade não se inscreve “numa concepção hegeliana ou materialista”, porém nas narrativas, nas celebrações (pp. 568-9). Enfim, na memória e não na história.

Ao contrário do que a autora acredita, a constante reelaboração de significados de 1932 inscreve-se na memória e também na história, nutrindo-se de interesses de classe reais que foram contrariados depois da revolução de 1930. A elite paulista não podia simplesmente retroceder ao passado e reelaborou sua estratégia política no interior de uma nação em que ela se enxerga não mais como líder, mas como expoente moral, um simulacro do poder moderador exercido circunstancialmente por instituições que solapam a vontade popular, sejam tribunais, o congresso ou as forças armadas. Os valores que evocam 1932 (uma luta contra a corrupção, a ditadura etc.), convenientemente depurados do racismo científico e do preconceito regional explícito, não são, porém, meras invenções, mas expressões que surgem nas condições materiais de produção.

São Paulo é uma economia periférica exportadora e sua indústria é dependente de importações estrangeiras. Todavia, já era na Primeira República um exportador de manufaturados para outros estados da federação. Na década de 50, as exportações de São Paulo para outros estados brasileiros já haviam crescido exponencialmente. Até mesmo as importações provenientes do mercado nacional se incrementaram, ainda que o estado não deixasse de gravitar em torno dos interesses do imperialismo. Logo, em 1954 o estado de São Paulo que rememorou a guerra de 1932 era, economicamente, outro (a autora registrou essa transformação).

Foi, portanto, o interesse material das classes dominantes que marginalizou as manifestações explícitas de preconceito e pôs em segundo plano a divulgação do estereótipo negativo das outras regiões. Mesmo politicamente São Paulo não podia mais pretender a liderança, dada a maior centralização do país e a incontestável supremacia militar do governo central. Seu papel passou a ser o de exercer o supracitado poder moderador na política nacional, combatendo o “populismo”, termo que aliás a autora incorpora sem perceber que isso reforça o discurso “paulista” que ela visa combater.

Apesar de tudo isso, Barbara Weinstein escreveu uma obra que é uma referência bibliográfica importante. Seu trabalho é amparado em vasta pesquisa e ela ressaltou o papel essencial do racismo na auto-imagem que muitos paulistas têm ainda hoje.

***Lincoln Secco** é professor do Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de *História do PT (Ateliê)*.

Publicado originalmente no *Boletim Maria Antônia*.

Referência

Barbara Weinstein. *A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista*. Tradução: Ana Fiorini. São Paulo: Edusp, 2022, 656 páginas.

O site A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.
[Clique aqui e veja como](#)